

Reparação e Memória

T

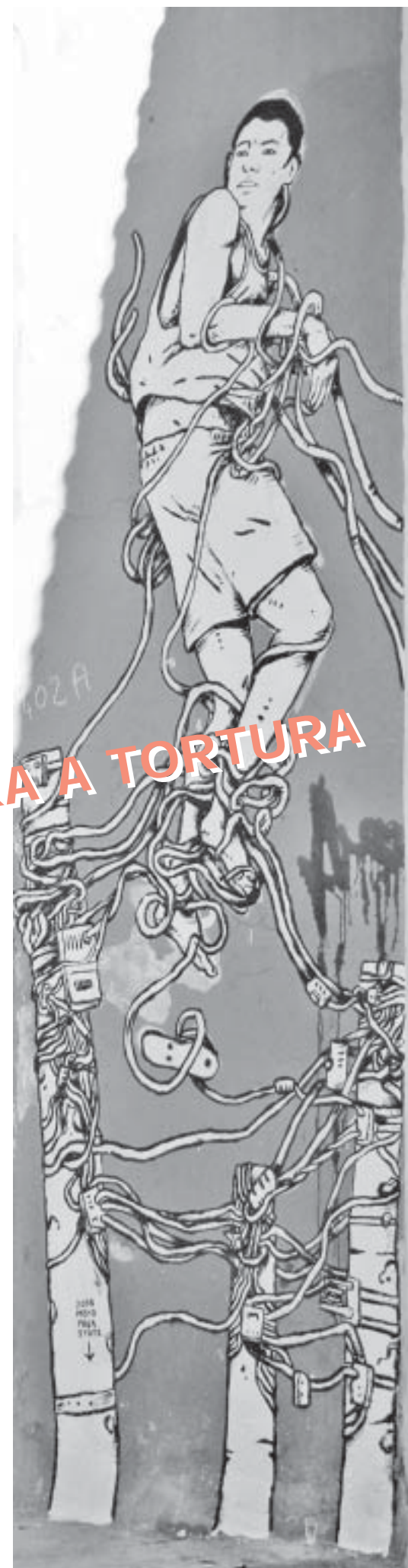
DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A TORTURA

30 de junho às 18h

Auditório Prof. Manoel Maurício de Albuquerque
CFCH/UFRJ - Campus da Praia Vermelha

Av. Pasteur, 250 Fundos

ARQUIVOS DA DITADURA: MEMÓRIA QUE ATERRORIZA QUEM?	03
A INSEGURANÇA NACIONAL	04
DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A TORTURA	06 E 07
MÁQUINA, SANGRENTA E CARA, DE ENXUGAR GELO	12



“Senhores idealizadores e responsáveis por esses treinamentos ultrapassados e desumanos, quando irão repensar e mudar esses currículos que colocam em risco a vida humana?” CARMEN LAPOENTE DA SILVEIRA

Tortura, Execução e Corrupção: paradigmas das políticas de (in)segurança pública

Não só no Rio de Janeiro, não só nos grandes centros urbanos brasileiros, mas internacionalmente temos assistido ao fortalecimento do que Vera Malaguti Batista chama de “capitalismo de barbárie”.

Independente do nome que se dê – Estado Penal, Estado Policial-Repressivo, Estado de Exceção, Estado Neoliberal de controle globalizado – sabemos que tipos de práticas esse “capitalismo de barbárie” tem colocado em funcionamento: o mito de que vivemos em uma “guerra civil”, a necessidade de leis mais duras e severas, a lógica da punição como a única solução para a violência, a juridicização do cotidiano, os aplausos ao encarceramento em massa, aos extermínios e à tortura como males necessários.

Produz-se subjetividades cada vez mais individualizantes onde para a minha segurança – é o que afirmam os grandes meios de comunicação – torna-se natural e, mesmo, necessário a tortura, o enclausuramento e o extermínio de alguns segmentos considerados perigosos.

Não por acaso, no Rio de Janeiro, que vem a alguns governos implementando a Política de Tolerância Zero, ocorrem na mesma semana dois terríveis fatos envolvendo o Exército brasileiro. Em um treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras morreu um jovem de 18 anos e dois outros foram hospitalizados por não agüentarem as violências cometidas durante os exercícios propostos. Este caso não é, em absoluto, pontual ou excepcional. Sabemos e temos acompanhado muitos outros fatos como este.

**O GTNM/RJ não é uma ONG, somos um movimento social.
No momento, passamos por dificuldades financeiras.**

Aceitamos qualquer contribuição em nossa conta: Banco Itaú, Ag. 0389 C/C 77791-3

O segundo episódio, também protagonizado pelo Exército, foi a “venda” de três jovens, presos “por desacato a autoridade” no Morro da Providência, à traficantes do Morro da Mineira. Sabemos também que estas “ligações perigosas” entre tráfico e “autoridades” em geral não são pontuais ou excepcionais.

Ficam assim, evidenciados os efeitos desses treinamentos tão bem utilizados por este “capitalismo de barbárie”. (Sobre estes dois episódios, ler na íntegra a nota “Tortura, Morte e Corrupção: atuação das Forças Armadas” em nosso site www.torturanuncamais-rj.org.br).

Fica evidenciada também a falta de vontade política para se publicizar e responsabilizar as violações de hoje e as violações de ontem cometidas em nome da “Segurança Nacional”. Passado e presente se juntam e continua vigindo uma outra Doutrina de Segurança Nacional, agora internacionalizada.

Algumas matérias deste jornal apontam para tais questões: abertura ampla geral e irrestrita dos arquivos da ditadura; nosso repúdio às torturas e execuções sumárias; a afirmação de outras memórias sobre o Terrorismo de Estado e, principalmente, nossa autonomia e independência em relação aos diferentes governos municipais, estaduais e federal. Ou seja, continuamos reafirmando nossa luta:

Pela Vida, Pela Paz

Tortura Nunca Mais!

Diretoria GTNM/RJ

Expediente

Direção do Grupo

Presidente: Cecília M. B. Coimbra

1º Vice: Victória L. Graboís Olímpio

2º Vice: Elizabeth Silveira e Silva

1º secretário: Joana D’Arc F. Ferraz

2º secretário: Jane Q. Nobre de Mello

1º tesoureiro: Sebastião A. da Silveira

2º tesoureiro: Flora Abreu Henrique da Costa

Suplentes: Tânia Roque e Vitória Pamplona

Coordenação geral e redação: Ana Miranda, Cecília Coimbra, Jane Q. Nobre de Mello, Joana D’Arc F. Ferraz, e Victória Graboís.

Digitação: Zélia Lima

Colaboraram nesta edição: Sérgio Silva, Vera Vital Brasil, Juliana de Oliveira Carlos, Carolina Dellamore, João Tancredo, Jessie Jane Vieira de Souza e Eduardo Losicer.

Edição: Marcelo Cajueiro

Diagramação: Diagrama Comunicações Ltda.

Tel.: (21) 2232 3866

marcelocajueiro@marcelocajueiro.com.br

Ilustrações: Latuff e Carlos Senna

Impressão: Monitor Mercantil

“GTNM” é uma publicação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, sediado na Rua General Polidoro, 238 - sobreloja Botafogo - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 2286-8762 - Fax: (021) 2538-0428

E-mail: gtnm@alternex.com.br

Site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Mais um jovem brasileiro perde a vida durante exercícios na Academia Militar das Agulhas Negras (RJ).

Não me causou surpresa, pois isso acontece com muita frequência em treinamentos naquela instituição. Não há como não ficar indignada e pesarosa por mais uma morte prematura, que enluta mais uma família que confiou seu filho à uma Escola Militar.

Senhores idealizadores e responsáveis por esses treinamentos ultrapassados e desumanos, quando irão repensar e mudar esses currículos que colocam em risco a vida humana?

Quando colocarão em primeiro lugar a segurança dos alunos? E quando exigirão de seus instrutores mais sensibilidade, humanidade e respeito com seres humanos (alunos), dando-lhes o direito de ter seus próprios limites.

Desta vez, o caso será apurado com rigor e os culpados serão punidos? Me desculpem, já vi esse filme, quando em 1990 perdi meu filho, Marcio Lapoente da Silveira, justamente durante um treinamento nessa Academia. E o final? **Acobertamento e impunidade.**

Os recentes e lamentáveis acontecimentos no morro da Providência em que militares entregaram jovens da comunidade à marginais (...) é uma constatação da incapacidade do Exército na formação do caráter da disciplina e ao respeito ao seu próximo.

Carmen Lapoente da Silveira – Por e-mail.

Filme do GTNM/RJ

Criando Memórias para Uso Diário

Faz tempo que estava para enviar mensagem (...) à respeito do *Memória para uso diário*, só que estava esperando poder revê-lo junto com minha esposa (...).

Primeiro, a surpresa de ver iniciativas do Tortura Nunca Mais, das quais eu nunca havia tido notícia: as placas de rua com nomes de desaparecidos, o “brizolão” com o nome de um desaparecido que lembra seu nome com um hino cantado pelos alunos.

Depois o eficiente trabalho de pesquisa que conseguiu levantar matérias de televisão extremamente importantes, bem como o feliz entrelaçamento entre os relatos sobre os desaparecidos no tempo da ditadura e as vítimas das chacinas policiais e dos absurdos excessos no treinamento militar.

E - para mim o mais importante - a forma pela qual o documentário é levado de forma clara, direta, sem pieguice (...). *Hasta mañana, siempre (espero yo)!!!*

Sergio Muniz – Por e-mail.

Professor se Recusa a Aceitar a História Oficial

Olá companheiros(as)

Meu nome é Thalles do Amaral, sou professor de História. (...) estou começando a trabalhar o período da Ditadura Militar com os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Há duas semanas atrás, levei grande parte da turma para assistir o filme “Condor” como forma de começar a sensibilizá-los. Logo que chegaram eles notaram que não havia jovens assistindo o filme. No final da exibição, conversei com eles sobre a importância de pessoas da idade deles entrarem em contato com este assunto, para que tais atrocidades não caiam no esquecimento (...).

Thalles (por e-mail)

Arquivos da Ditadura: memória que aterroriza quem?

Joana D'Arc Ferraz*

Já se passaram quarenta e quatro anos do golpe militar. Neste período, enfrentamos durante vinte anos o regime militar no Brasil; e vivemos mais vinte e quatro anos em um regime em que elegemos diretamente o Presidente da República (deixemos de lado, por enquanto, as condições em que o povo "escolhe" o seu representante máximo). Nestes quarenta e quatro anos ainda não conseguimos organizar, publicar e circular os arquivos da ditadura.

Com quais recursos poderemos dizer para as novas gerações o que ocorreu, considerando as diferentes vozes que podem falar sobre o que viveram? Que memória poderemos tirar deste acontecimento? Em que lugares hoje podemos pesquisar organizadamente os documentos que relatam as rotinas dos agentes da repressão, os recursos pelos quais os militares conseguiram informações sobre os perseguidos políticos, os locais de tortura, os nomes dos colaboradores e dos financiadores do regime de terror? Em que lugares os atingidos ou os parentes daqueles que sucumbiram podem coletar documentos para formar uma idéia sobre as condições em que morreram? Onde foram presos? Quem os torturou? Onde estão os seus corpos para que possam reconstruir, minimamente, as histórias familiares? Se não os temos vivos, em nossa presença para nos relatar com detalhes o que viveram, quem pode se responsabilizar por informar às gerações futuras, aos

parentes e amigos dos que se foram o que, de fato, aconteceu com eles? E os que sobreviveram, como podem confirmar, em forma de documento, tudo o que sofreram?

Se hoje não podemos dizer que esta violência tem nome, tem marcos, tem documentos, e que pode ser exposta para quem quiser conhecê-la, poderemos algum dia dizer que este fato, embora lamentável e terrível, pode ser guardado como uma das lições que jamais deveremos repetir? Quem pode nos ajudar, digo NÓS, na expressão máxima do significado da experiência compartilhada coletivamente, a refletir e minimamente digerir este acontecimento com todos os recursos interpretativos (relatos, documentos, objetos, cartas)? Podemos ter todo o direito de esquecer ou de transformar este acontecimento em um marco ligado ao passado, e sinceramente acho que estamos dispostos a isso, mas esta decisão de esquecer é da sociedade, não é do Estado.

Se o Estado não se responsabiliza pelo que fez e não toma para si a responsabilidade por tornar públicas as informações oficiais sobre o que fez, como pode querer que os atingidos direta ou indiretamente se acalmem ou se conciliem com um passado que ainda não passou? Como pode querer que os jovens não cobrem o

direito de saber o que aconteceu? Como poderemos esquecer o que ainda não conhecemos com profundidade? Como poderemos elaborar o nosso luto se ainda não o compreendemos completamente?

Se aqueles que hoje estão no poder, e que foram atingidos pela ditadura, em suas diferentes formas de opressão (presos, torturados, obrigados a viver na clandestinidade ou obrigados a se exilarem) não abrem os arquivos, quem poderá fazer isso?

Todas essas questões nos vêm diariamente à tona quando tomamos conhecimento dos atos do governo Lula em relação à abertura dos arquivos da ditadura. Até quando iremos esconder o passado debaixo do tapete da História e cinicamente fingir que tudo já passou? Até quando os arquivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, dos DOI-CODIs, da Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informação ficarão escondidos?

A abertura dos arquivos da ditadura proporcionará mais um espaço de reencontro com o passado, a fim de que algum dia, possamos realmente olhar para este acontecimento como algo que passou. Se os atingidos e a sociedade não têm medo de olhar para esse passado, quem se aterroriza com essa memória? Quem tem medo da abertura dos arquivos da ditadura?

* Doutora em Ciências Sociais. Profa. da UNIRIO.

Lula reafirma o sigilo eterno

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou no dia 09 de junho último, ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) com argumentos para evitar a derrubada da lei que permite ao governo manter sob sigilo documentos históricos da época da ditadura ou que poderiam colocar o país em situação diplomática delicada.

O documento preparado pela Consultoria Geral da União, visa a rebater os argumentos do procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, que pediu ao STF que julgue a lei inconstitucional e determine a suspensão imediata do sigilo desses papéis.

No ofício o governo alega que o interesse de brasileiros nos documentos como forma de esclarecer a história do país, como sugere o procurador, não se compara aos interesses do Estado e da sociedade por segurança, que obrigariam o Executivo a manter esses dados sob sigilo durante determinado período, para não colocar em risco a Segurança Nacional.



De acordo com o procurador, isso fere direitos fundamentais do cidadão protegidos pela Constituição.

Na defesa encaminhada ao Supremo o governo responde que se deixasse esse poder nas mãos do Legislativo e de seus 594 parlamentares, o que deveria ser segredo certamente acabaria revelado por deputados ou senadores.

Pela legislação atual o acesso aos documentos sigilosos que ponham em risco a segurança da sociedade e do Estado pode ser restrito por 30 anos renováveis por mais 30, a contar da data da produção do material. Os documentos que possam atingir a honra e a imagem de pessoas podem ficar em segredo por até 100 anos. Vencidos esses prazos, uma comissão do governo poderá decidir manter o sigilo caso entenda que a revelação do conteúdo ponha em risco a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do País.

A Insegurança Nacional

Juliana de Oliveira Carlos e Sergio Silva*

Em setembro de 2007, em João Pessoa (PB), reuniram-se, ao mesmo tempo, o Seminário Final do Programa ALFA *Human Rights Facing Security*, o III Encontro Anual da Andhep (Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação) e o IV Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O tema dessa grande reunião foi “Democracia e educação em Direitos Humanos **em época de insegurança**”. Já na chamada de trabalhos se manifestava a preocupação em discutir e aprofundar o papel da educação superior e especialmente da pós-graduação em direitos humanos, bem como aprofundar a discussão sobre uma política de segurança nacional e internacional para a tutela dos direitos fundamentais.

Em Campinas (SP), a associação entre ensino superior e segurança nacional está presente de forma bastante ampla. Em abril de 2006, o Exército Brasileiro instalou um escritório-piloto na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para acompanhar parcerias já em andamento ou a serem desenvolvidas. Para o pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Geraldo Cavagnari Filho, as parcerias entre o Exército Brasileiro e instituições civis ligadas à pesquisa são vantajosas para os dois lados: o Exército não precisa realizar pesquisas que a universidade já tem prontas e a universidade pode ter verbas asseguradas com as parcerias.

Eliezer Rizzo, professor da UNICAMP, estabelece uma relação direta entre as preocupações do Exército e as questões de violência destacadas na grande reunião de João Pessoa. Para ele, apesar do foco principal da segurança nacional continuar voltado para o

campo internacional, problemas como narcotráfico e crime organizado devem ser incluídos no domínio da defesa nacional.

No Brasil, é antiga a atuação das forças armadas para além de suas obrigações constitucionais de defesa em face à agressão externa, de manutenção da ordem e da integridade territorial e de preservação do patrimônio nacional. Os mais de vinte anos de ditadura militar, a partir de 1964, são um exemplo.

Aqui, como em outras partes do mundo, as forças armadas são responsáveis por grande parte da ajuda humanitária às populações ameaçadas pela fome ou pelas guerras civis. No momento, o Brasil realiza esse tipo de ajuda no comando da “Missão de Paz” da ONU no Haiti. Em março de 2006, 1600 soldados (efetivo maior do que o deslocado para o Haiti) foram enviados a nove favelas do Rio de Ja-



neiro, para recuperar armas roubadas de uma unidade militar. Cento e cinquenta desses soldados integravam, até dezembro, a tropa brasileira em missão no Haiti. Segundo oficiais militares, a participação no conflito deu a esses homens mais preparo para a intervenção nas favelas.

Não raro esse tipo de ação gera mais desrespeito aos direitos humanos. Por exemplo, o Exército humanitariamente decidiu restaurar a fachada de centenas de casas da favela do Morro da Providência (Rio de Janeiro- RJ). Em meados de junho, militares que cuidavam da segurança dos trabalhadores que restauravam as ditas fachadas teriam sido desacatados por três jovens moradores do Morro, que foram presos. Pouco depois, os corpos dos jovens foram encontrados. Os jovens tinham

sido torturados e assassinados. Um grupo de militares, comandado por um tenente, reconheceu haver entregue os três jovens a uma quadrilha de outro morro.

Na reunião de 2006 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Florianópolis, uma mesa redonda foi dedicada à colaboração entre universidade e polícia. Nela, o sociólogo José Tavares dos Santos (professor da UFRGS), disse que a universidade tem que deixar os pudores de lado e pesquisar para tornar a polícia cada vez melhor e mais eficiente. Como avaliar a eficiência da polícia?

A prática da tortura e de execuções sumárias pela polícia brasileira tem sido denunciada não apenas por movimentos brasileiros de defesa dos direitos humanos, mas também pelas mais conhecidas entidades internacionais dessa área – como a Anistia Internacional – e até mesmo pela Organização das Nações Unidas. Apesar de conhecerem a tragédia dos direitos humanos em todo o planeta, os militantes ou funcionários dessas entidades se surpreendem com a completa impunidade e a generalização da tortura e das execuções sumárias no Brasil.

O terrorismo de Estado é a principal forma de desrespeito aos direitos humanos em todo o mundo e especialmente no Brasil. É muito difícil explicar a violência urbana ou a insegurança separadamente do terrorismo de Estado. Como, então, entender o privilegiamento das forças armadas e da polícia como instrumentos de defesa dos direitos humanos? Como compatibilizar a idéia de humanos direitos com a defesa dos direitos humanos? Nenhum ser humano tem mais direito a não ser torturado do que outro.

* Socióloga formada pela UNICAMP e Professor da UNICAMP, respectivamente.



Projeto Memória

Estamos lembrando os 40 anos do emblemático 1968 e a experiência marcante das mulheres na luta e resistência contra a ditadura militar. Nesse número nossa homenagem a três guerrilheiras que desapareceram no Araguaia.

LÚCIA MARIA DE SOUZA

Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (atualmente UNIRIO) onde participava do movimento estudantil como militante do PC do B, foi responsável pela impressão e distribuição do jornal "A Classe Operária", no Rio de Janeiro, entre os anos de 1969 e 1970.



Cursava o 4º ano da faculdade e era estagiária do Hospital Pedro Ernesto, quando entrou para a clandestinidade, indo viver na região do Araguaia, próximo de Brejo Grande. Atuava no Destacamento A com o nome de Sônia. Morreu em combate com uma patrulha do Exército no dia 24 de outubro de 1973. O episódio de sua morte é narrado pelo Relatório Arroyo, pelo Dossiê do Centro de Informações do Exército e pelo jornalista Elio Gaspari, em seu livro "A Ditadura Escancarada". Ao cair ferida perguntaram-lhe o nome, respondendo: "guerrilheiro não tem nome e luto pela liberdade". Em seguida, o Comandante da patrulha respondeu: "tu queres a liberdade, então toma..." – desfechando-lhe vários tiros.

LUIZA AUGUSTA GARLIPE

Nasceu em Araraquara, interior paulista, onde estudou até completar o Ensino Médio. Mudou-se para São Paulo para cursar Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, foi trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando ao posto de enfermeira chefe do Departamento de Doenças Tropicais, tema em que se especializou. Realizou viagens de estudo pelo interior do país, percorrendo estados como Acre e Amapá. Atuante na militância política contra o regime militar foi membro do PC do B.



No início de 1970, foi deslocada para o Araguaia, indo morar na região do rio Gameleira, integrando o Destacamento B. Adotou o nome de Tuca, desenvolvendo um intenso trabalho na área de saúde, em especial como parteira. Com a morte do médico guerrilheiro – até hoje desaparecido - João Carlos Haas Sobrinho tornou-se responsável pelo setor de saúde da guerrilha.

Luiza Augusta foi executada em julho de 1974, embora existam várias versões acerca de sua morte.

TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA

Nascida no Rio de Janeiro, era casada com Elmo Corrêa e cunhada de Maria Célia Corrêa, igualmente desaparecidos na região do Araguaia. Era estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, de onde foi expulsa em 1968 pelo Decreto-Lei 477, devido a sua militância no movimento estudantil.



Como militante do PC do B, foi deslocada para a região do Araguaia em 1971, junto com o marido, indo morar às margens do rio Gameleira, integrando o Destacamento B. Adotou o nome de Lia, trabalhando como professora alfabetizando crianças, jovens e adultos.

Segundo depoimentos colhidos junto à cavana de familiares na região, ocorrida em 1981, Telma teria sido presa na localidade de São Geraldo do Araguaia e entregue ao engenheiro do DNER, José Olímpio, que trabalhava para o Exército. Passou à noite amarrada no barco desse funcionário que a entregou aos militares em Xambioá.

Existem várias versões acerca da morte de Telma Regina, mas todas apontam para o seu assassinato na base do Exército de Xambioá.

Saudade

Germaine Tillion

Germaine Tillion nasceu em 30 de maio de 1907, em Allègre (Haute-Loire), na França, e morreu no dia 19 de abril de 2008, pouco antes de completar 101 anos, em Saint-Mandé (Val-de-Marne), na grande Paris. Em 1942, denunciada como comandante do grupo da Resistência com base no Musée de l'Homme (Paris), ela foi presa e enviada para Ravensbrück, juntamente com sua mãe, a escritora Emilie Tillion, que foi assassinada neste campo de concentração, em março de 1945. É conhecida pela importância de sua obra de Etnologia e por sua luta em defesa dos direitos humanos, em particular contra a tortura durante a guerra colonial francesa na Argélia e, mais recentemente, contra a violência na ocupação do Iraque e pelo direitos dos imigrantes na França.



Militantes da Luta Antimanicomial

Choramos, neste mês de junho de 2008, a perda de dois militantes do Movimento da Luta Antimanicomial. O **Professor João Ferreira**, gigante, João dos argumentos firmes mas generosos, nossa voz nesta academia tão conservadora.

A segunda perda é a de **Austragézilo Carrano**, atingido pela máquina manicomial, que em vida ousou doar seu corpo à esta luta. Foi autor do livro "Canto dos Malditos" que deu origem ao filme "Bicho de Sete Cabeças".

Sérgio de Souza

Morreu em São Paulo, aos 73 anos, o jornalista Sérgio de Souza, no dia 25 de março último. Serjão, como era conhecido pelos amigos, dedicou 50 anos à profissão. Criou as publicações "Realidade", "O Bondinho", "Ex" e, há 11 anos, a revista Caros Amigos, uma referência nacional para quem entende que no jornalismo o foco deve estar no ser humano e não no lucro das empresas privadas, como a maioria faz por aí. Serjão deixa sete filhos, dez netos e um a caminho, além da companheira Lana Novikow. Deixa também a certeza de que devemos seguir "em frente", como ele sempre escrevia aos amigos.



Visite nosso site: www.torturanuncamais-rj.org.br

O **Dia Internacional de luta contra a Tortura**, também chamado Dia Internacional de apoio às vítimas da Tortura é comemorado anualmente desde 1997.

Este dia foi instituído pela Assembleia das Nações Unidas a pedido do IRCT, Conselho Internacional para Reabilitação das Vítimas de Tortura, na data de **26 de junho**, dia em que entrou em vigor a **Convenção das Nações Unidas contra a Tortura**, para lembrar a luta dos povos contra esta prática intolerável, mas amplamente generalizada em todo o mundo. Desde então, o GTNM/RJ realiza um evento no Rio de Janeiro, unindo sua força a de outras organizações de direitos humanos em cem países.

Para o ano de 2008, em parceria com o **NEPP- DH, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos**



Repa

O eter

Duas citações do escolhido para o prêmio, alusivo ao "Memória":

A primeira fala do relatório que homenageia os Direitos Humanos, destacando o "nosso" com que se

A segunda se refere a uma entrevista dada por algumas vítimas do terror. No original, o autor escreve: "nosotros, a" – o 'además' por 'além do mais' – gerindo que, na prática, os direitos humanos, o terror e a função jurídica dependem do momento que a pessoa enfrenta.

O relatório? O relatório trata os problemas enfrentados e faz seu balanço, referências internacionais

da UFRJ e com a **Justiça Global**, será apresentada uma exposição de cartas de ex-presos políticos, de familiares de mortos e desaparecidos, e de alguns usuários do projeto clínico jurídico TNM/RJ, no Auditório Anísio Teixeira. Neste dia também será lançado um livro *Atención integral a víctimas de tortura en procesos de litigio: aportes psicosociales*, organizado pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos – IIDH, de Costa Rica.

O evento terá lugar no dia 30 de junho, segunda-feira, a partir de 18h. Haverá uma mesa redonda no Auditório do CFCH, na Avenida Pasteur, fundos, Praia Vermelha, com o tema **Reparação e Memória**, com a abertura da Dra. Suely Almeida, e com a participação da Prof. Jessie Jane, do Dr. Eduardo Losicer, Dra. Tânia Kolker, Dr. Paulo Henrique Telles Fagundes, Dr. Rafael Dias.

DIA INTERNACIONAL DE

Reparação e Memória

Não ao silêncio e

Na perspectiva daqueles que não se submeteram à política de esquecimento, tão claramente enunciada na chamada Lei de Anistia, o importante não é simplesmente remontar às condições históricas daquele período, mas entender como a questão da memória, do passado e do futuro se colocam em uma sociedade latino-americana e, em especial, a brasileira onde as disputas sociais parecem sempre terminar em pactos que trazem como pressuposto o silêncio sobre o passado.

Trata-se, pois, de entender como a história deve lidar com estes conceitos e de que maneira podemos articular o passado com a ação política no presente. Trata-se de entender que o que se acha em jogo é a sobre-



Reparação e Memória

o retorno do testemunho

ções que fazem jus ao título para este breve comentário ao evento “Reparação e

a faz referência a um relacionamento com os defensores dos direitos humanos espalhados pelo mundo “o obstinado testemunho que sustenta sua causa.

a se refere ao título de uma obra por uma das vítimas do terror de Estado na Argentina.

o artigo¹ está assim titulado, “además, somos testigos” pode ser traduzido como “além de” ou “acima de tudo”, su-

na eterna luta pelos direitos, o testemunho cumpre com uma função fundamental porque testemunha o momento e da maneira em que a vida foi afetada.

o artigo² está destinado a atualizar temas que as diferentes experiências trazem pelo mundo afora. No entanto, reconhece que as declarações internacionais que fundaram es-

tas lutas não se cumprem nem para garantir os direitos dos próprios defensores, motivando a insistente “sensação de fracasso” que os eminentes relatores verificam aqui e ali.

Não obstante, o relatório também reconhece que esta insistente violação dos direitos, que parece eterna, sempre encontrará, no seu avanço, uma última linha de invencível resistência: o obstinado testemunho que os movimentos sociais lhe opõem.

Por sua parte, o depoimento daquela pessoa que sofreu as piores formas de violação também nos indica este lugar principal que lhe cabe como testemunho.

Quando nos diz que “además” somos testemunhas, nos alerta para o princípio que rege este lugar, que é para além do lugar da vítima, ou seja: o testemunho vivo para além da vítima sobrevivente.

A testemunha do terror de Estado é

um habitante de fronteira; o silêncio de um lado, a memória do outro. Quando encontra quem o escute, ele produz memória, isto é, produz um elo de memória coletiva que antes não existia. Dizendo o indizível, a testemunha do terror de Estado produz uma verdade onde nada havia. Produz justiça quando rompe a fronteira entre o clandestino mundo da exceção e o falante mundo do direito. Com sua complexa função de dar nome ao inominável, a testemunha se realiza no seu ‘dever visível’... diante daquilo que antes éramos cegos. Não informa nem comunica nada; apenas estabelece os fatos históricos. Se não fosse seu depoimento, a história e a política seriam exclusivamente produzidas pelos meios hegemônicos de comunicação e pelos centros formadores de opinião, tal como acontece hoje em todo lugar.

ARTICULO

Eduardo Losicer*

Mesmo depois de anos e décadas de latência a testemunha perde o medo e se vinga.

O simples testemunho do que é atrocidade vinga sem ser vingança, repara sem ser punição, e serve, pelas consequências que provoca, sem ser servidão.

A palavra viva do testemunho, enfim, sempre retorna.

NOTAS

1. Graciela Daleo, da Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos, em entrevista publicada pela Revista Milênio N.5
2. Observatorio para la Protección de los Defensores de los Derechos Humanos, Informe anual 2007.

* *Psicanalista e Analista Institucional.*

LUTA CONTRA A TORTURA

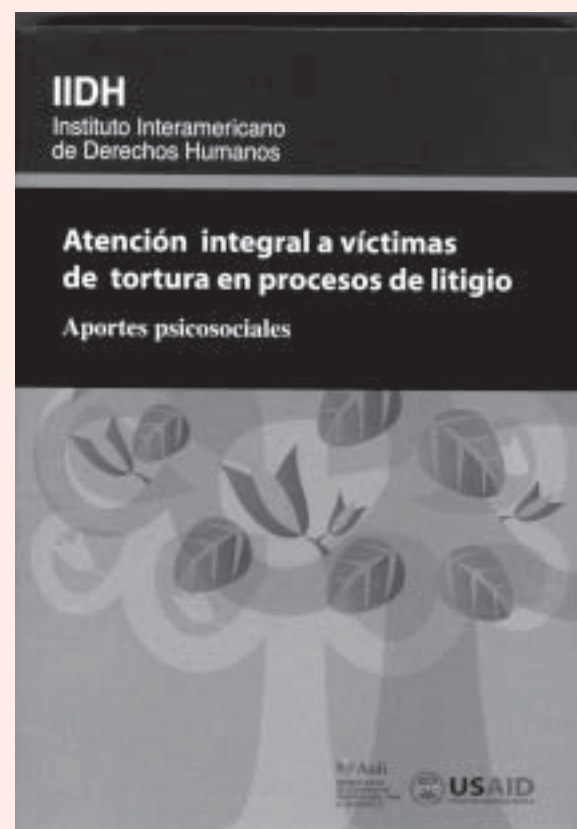
o esquecimento

Jessie Jane Vieira de Souza*

vivência, a perseverança na existência e nenhum mundo humano perduraria após o curto período de vida dos mortais sem que os homens estivessem propensos a testemunhar o vivido. Nenhuma permanência, nenhuma perseverança da existência podem ser concebidas sem homens decididos a lembrar aquilo que lhes parece inabarcável no passado. Não se prescinde do passado pelo simples exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado pelo simples ato de vontade. É, sobretudo, um ato de humanidade sem o qual a existência humana não seria possível.

* Historiadora, Professora e atual Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

O Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) com sede na Costa Rica está lançando no Brasil, em parceria com o GTNM-RJ e a Justiça Global, a publicação **Atenção Integral a vítimas de tortura em processo de litígio – Aportes Psicossociais**. O lançamento acontecerá durante a comemoração **do Dia Internacional de Luta contra a Tortura**.





Sem Terra continuam sendo massacrados

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Eli Dallemole, 42 anos, foi assassinado dentro da sua casa, no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira/PR.

No dia 30 de março último, dois homens encapuzados invadiram sua casa e executaram o trabalhador na frente da família. Este vinha sendo ameaçado de morte há mais de dois anos.

Segundo os trabalhadores, esse grupo de pistoleiros é comandado por um homem conhecido como "Zezinho", financiado por fazendeiros.

Moradores de rua são queimados em viaduto do Rio de Janeiro

Dois moradores de rua foram queimados na madrugada de 11 de maio deste ano sob o Viaduto dos Marinheiros, na Praça da Bandeira, zona norte do Rio de Janeiro. Uma jovem morreu no local, segundo informações preliminares da 20ª DP (Vila Isabel).

O outro morador de rua, um menino que aparenta ter cerca de 16 anos, foi socorrido a tempo e encaminhado para o Hospital Souza Aguiar.

Governo do PT lança bombas contra greve dos professores no Pará

No dia 9 de maio de 2008, cerca de mil professores de vários municípios realizaram um grande ato em Belém (PA), como parte das manifestações da greve iniciada no dia 24 de abril por melhorias na educação.

A polícia de choque, criada pelo atual governo, avançou sobre a multidão com truculência inédita, lançando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. Tudo isso nos lembra os anos da Ditadura Militar.

Denúncia contra arbitrariedades na Penitenciária de Itai.

Os mais de 1100 presos estrangeiros, de 74 países, que se encontram detidos na Penitenciária de Itai (SP), denunciam as péssimas condições de vida, as arbitrariedades cometidas, as

sim como a aparente xenofobia da autoridade judiciária. Tais denúncias constam de uma carta redigida por esses presos, em junho de 2008. Ver íntegra da carta no nosso site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Tarso Genro diz e desdiz

O Ministro da Justiça, Tarso Genro, defendeu em 16 de maio último, durante solenidade no terreno da antiga sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), o julgamento daqueles que cometeram crimes de tortura durante o regime militar.

Diante da forte reação dos militares produzida por esta declaração, o Ministro Tarso Genro voltou atrás e, no dia seguinte, afirmou: "a própria ditadura nunca defendeu a tortura".

Militante da Rede Contra a Violência é ameaçado

José Luiz Faria da Silva, morador de Acari, pai do pequeno Maicon morto aos dois anos, em 1996, e militante da Rede Contra a Violência, durante uma operação da PM à procura de armas foi atingido e ameaçado pela CORE (Coordenação de Operações e Recursos Especiais) chamando-o de "defensor de traficantes" e falando que ele "sabia onde estavam as armas". Revistaram o local e nada encontraram.

O que aconteceu a José Luiz é mais uma mostra do cotidiano de desrespeito e intimidação em que vivem os moradores de favelas e periferias no Rio. Demonstra como é difícil organizar e manter um movimento contra a violência policial dentro das próprias comunidades.

Faperj financia Máquina da morte



No Boletim informativo, nº 171, do dia 27/12/2007, a FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro noticiou a criação da chamada Viatura Blindada Tática Leve (VBTL), uma versão aprimorada do famoso Caveirão, máquina da morte muito conhecida das populações pobres do Rio de Janeiro. A notícia por si só já seria estarrecedora por ser veiculada no Boletim Informativo de um órgão de pesquisa como a FAPERJ, mas mais estarrecedor foi saber que a

viatura contou com o apoio da Fundação para seu aprimoramento.

A nova viatura é um veículo blindado, capaz de resistir a tiros de fuzil, com design mais racional, refrigerado e mais confortável e poderá vir a patrulhar as ruas e ser usado no deslocamento de detidos, informa a Faperj.

Na contra-mão das lutas dos movimentos sociais que desenvolvem constantes campanhas contra o uso do Caveirão pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, vemos uma instituição de pesquisa como a FAPERJ envolvida com um projeto desses.

Acreditamos que aceitar o uso do Caveirão, seja na versão atual ou "aprimorada" é aceitar o discurso de que as comunidades vivem uma 'situação de guerra'. Esse argumento é a principal desculpa utilizada pelo governo e pela polícia para justificar as execuções sumárias, tiroteios indiscriminados e outras formas de violência cometidas por forças policiais nas favelas e periferias.

(In) Segurança Pública no Rio: Um ano da chacina no Alemão

Várias organizações e movimentos sociais através de nota repudiaram a declaração "**A PM é o melhor inseticida social**", feita pelo comandante do 1º Comando de Policiamento de Área, coronel Marcus Jardim, no dia 15 de abril do corrente ano, ao se referir à ação da PM na Vila Cruzeiro, onde foram mortas nove pessoas e feridas mais seis. O coronel evidencia a concepção de segurança pública como forma de "limpeza social", ancorada na prática de criminalização da pobreza.

Diversas foram as declarações na área da segurança pública em período recente que afirmam uma mentalidade política beligerante, militarizada e, por vezes, racista e eugênica. Como emblemático exemplo se pode lembrar a afirmação do próprio governador, Sérgio Cabral, em 24 outubro de 2007, acerca da Rocinha e a taxa de natalidade: "**É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal**". Da mesma maneira, ocorreram inúmeras operações policiais realizadas no ano passado, como a mega-operação do Complexo do Alemão, em 27 de junho 2007, que atingiu 19 pessoas, sobre a qual o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou que "**tiro em Copacabana é uma coisa e, no Alemão, é outra**".

Tais práticas em matéria de militarização da segurança pública cultivam uma cultura "espiral de violência" e induzem a uma lógica de extermínio, violando os direitos humanos e não promovendo a segurança da população.

Família de Luiz Merlino tem sua ação contra Brilhante Ustra suspensa pelo MP/SP

O juiz Carlos Henrique Abrão, da 42ª Vara Cível de São Paulo, acolheu o pedido de abertura de uma ação que pretende declarar a responsabilidade do coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra pela morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino, aos 23 anos, em julho de 1971, no interior do DOI-CODI/SP.

Merlino era jornalista e militante do Partido Operário Comunista (POC). Foi preso e barbaramente torturado naquele local.

A decisão do juiz tomada no último dia 04 de abril, coloca em discussão a interpretação da Lei de Anistia de 1979. Entretanto, o Coronel Ustra apresentou, baseado erroneamente na mesma Lei da Anistia, uma contestação à esta ação declaratória. Tal contestação foi aceita pelo Ministério Público de São Paulo que, temporariamente, suspendeu o pedido da família Merlino.



Contra a homofobia no Exército

Laci de Araújo e Fernando Alcântara, sargentos do Exército, acusados de deserção, foram presos e afirmam que as acusações não passam de pretextos para encobrir o preconceito, a discriminação e a homofobia por parte das Forças Armadas Brasileiras.

O fato de o sargento Laci ter comparecido, no dia 29 do maio do corrente ano, ao médico prova que não havia abandonado as Forças Armadas. Quanto a ausência do sargento Fernando de seu posto de trabalho, seus superiores sabiam que ele estava em São Paulo dando assistência ao companheiro; portanto, tinham completo conhecimento de seu paradeiro e do motivo de sua ausência.

No entanto, os militares foram presos em uma situação de grave violação aos direitos humanos por serem homossexuais.

Brasil é responsabilizado por torturas e execuções pela ONU

Em 12 de abril último, o escritório da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, cobrou do governo brasileiro políticas efetivas para a eliminação da tortura e das execuções sumárias.

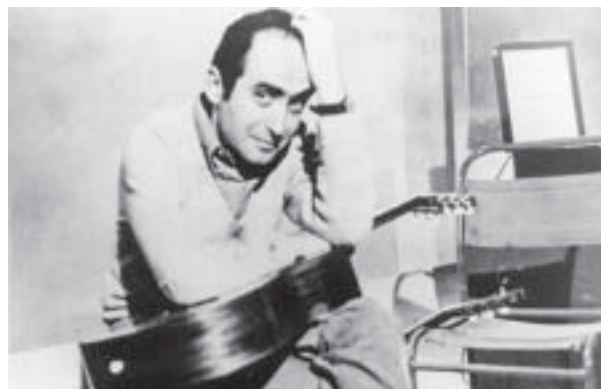
A ONU criou um sistema de avaliação no que diz respeito à política de segurança pública e às violações dos direitos humanos. Segundo o relatório da entidade, no Brasil persistem crimes como a tortura, a discriminação racial e outros tipos de violações.

O representante do governo britânico salientou que o governo brasileiro não pode apenas planejar é preciso apresentar ações.

MP estuda ação contra suspeitos da morte de Herzog

O Ministério Público Federal estuda a abertura de ação criminal por homicídio contra o coronel da reserva Audir Santos Maciel e o ex-investigador de polícia Pedro Antônio Mira Grancieri. Os dois são suspeitos de participação na morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. A iniciativa é inédita no Ministério Público Federal e faz parte da nova concepção e interpretação dos procuradores a respeito da Lei da Anistia, de 1979.

Também em São Paulo, seis procuradores da área cível ajuizaram ação contra Maciel e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, na qual pedem que eles sejam responsabilizados financeiramente pelas reparações pagas pela União aos atingidos pela ditadura militar, aos mortos, desaparecidos ou torturados no DOI-CODI/SP. Ustra e Maciel comandaram este órgão da repressão de 1970 a 1976, quando 64 pessoas morreram ou desapareceram no local.



GTNM/RJ, Presente!

40 anos de 68 na UFF

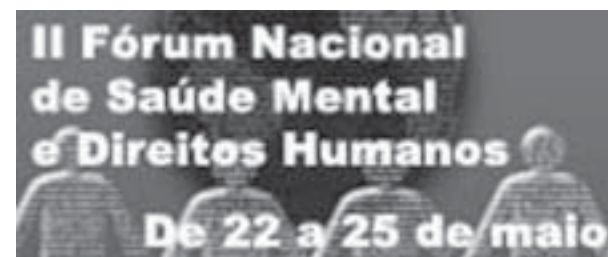
Em 29 de maio último, o GTNM/RJ esteve presente em uma das mesas redondas do evento "40 anos de 1968", uma realização do Diretório Acadêmico Evaristo da Veiga da Faculdade de Direito/UFF.

Cerca de 200 estudantes compareceram à solenidade no Salão Nobre da Faculdade e demonstraram grande interesse pelo tema.

UFRJ e os 40 anos de 68

No dia 13 de maio do corrente, na UFRJ, o GTNM-RJ participou do Seminário "Nós que amamos tanto a revolução 1968- 40 anos".

Os trabalhos foram iniciados com a exibição do filme "Oito Universitários", de Cacá Diegues (1967) e o tema escolhido pelo GTNM-RJ foi: "O que fizemos com a experiência de 68?"



II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos na UERJ

O GTNM/RJ organizou e participou de quatro mesas redondas. Uma sobre "O caso Damiano Ximenes e os mecanismos de monitoramento de instituições asilares e serviços de saúde mental" e outra sobre "Reparação e Memória: um processo em construção". A terceira referia-se à "Tortura ontem e hoje" e a última sobre os "Limites do Terror". Nesta, foi atingido o propósito de construir pontes entre as experiências históricas do Brasil e da Argentina vividas em épocas de ditadura e terror de Estado e em épocas atuais. Passado e presente da violência de Estado em ambos países foram relatadas mediante um significativo painel da situação do Brasil e o testemunho trazido pelo Juiz argentino que participou de um julgamento histórico, na medida em que demonstrou a possibilidade do fim do medo produzido pelo "eterno retorno do testemunho".

Membros da Equipe Clínico-grupal Tortura Nunca Mais coordenaram uma oficina "Clínica e Direitos Humanos".

Nossa América Latina Clama por Reparação Integral: Verdade, Memória e Justiça

URUGUAI

No dia 27 de junho, anualmente, os uruguaios manifestam sua dor e seu repúdio ao golpe ditatorial que impôs ao país o regime de terrorismo de Estado. Os efeitos desta violência, instaurada há 35 anos, se prolongam até os dias atuais com a mentira, o silêncio e a impunidade que pesam sobre os crimes cometidos e acobertados pela lei da Anistia uruguaia, chamada lei da "Caducidad". Ainda que nos últimos anos alguns avanços no campo da verdade e justiça

tenham ocorrido, esta lei continua bloqueando a independência do poder judicial.

A proposta de "reconciliação" entre uruguaios que estiveram em campos opostos na ditadura, a partir da defesa da teoria dos dois demônios, tenta ser imposta como política de silenciamento mas, em contrapartida, tem sido repudiada por forças sociais que afirmam que as feridas não cicatrizarão enquanto a verdade continuar seqüestrada e a justiça não for efetivada.

CHILE

O caso **Victor Jara**, famoso cantor popular assassinado logo após o golpe militar de Estado num estádio de futebol em Santiago, foi recentemente reaberto devido à mobilização de artistas chilenos e de todo o mundo. Ainda neste mês de junho, foram condenados nove militares pela exumação ilegal em 1978 de restos mortais de presos políticos, que estavam no Palácio presidencial no dia do golpe e que haviam sido transferidos e fuzilados em uma base militar próxima a Santiago. Este episódio, conhecido como "retirada de televisores", consistiu na exumação de corpos para desaparecer com eles definitivamente. Este crime foi considerado pelo tribunal que o julgou como *"um crime de lesa-humanidade, por ofender os sentimentos mais íntimos do ser humano como o direito a uma sepultura cristã ou um enterro digno a sua condição de pessoa, e que em razão disso contraria os princípios gerais do direito e se transforma em uma preocupação da comunidade internacional"*.

Em contrapartida, o **povo mapuche**, no Chile, tem sido submetido a leis, como a de Segurança



Nacional e a Antiterrorista, herdadas da ditadura e atualmente aplicadas como uma nova roupagem da velha repressão, que se espalha como praga nos dias atuais em vários países da América Latina. Durante a ditadura de Pinochet os mapuches foram expulsos e seus territórios expropriados e vendidos às empresas. Nos tempos de Bachelet, como nos governos que a antecederam, os mapuches continuam lutando pela recuperação e defesa de suas terras, incansáveis batalhadores na preservação das florestas, da natureza de sua cultura e tradições. A resposta mais eficaz do Estado tem sido a de maus-tratos, discriminações, prisões, torturas. Além de submetidos às atrocidades, cometidas por seguranças particulares de grandes empresas e por policiais, têm sido julgados com base na lei antiterrorista, que funciona para criminalizar e punir os pobres e aos movimentos sociais que protestam contra as injustiças.



ARGENTINA

Mais um teatro foi desmascarado: foram apresentadas fotos inéditas do massacre de Trelew ocorrido em 1972, provas fundamentais para o julgamento do assassinato de prisioneiros, que durante todos estes anos foram dadas como inexistentes pela Marinha. Recentemente altos oficiais da Marinha deram ordens para a destruição das provas para encobrir sua responsabilidade no massacre. Mas, através de uma denúncia anônima essas provas foram enviadas para o responsável pelo processo. Fotos dos cadáveres com o selo da Marinha indicavam que a documentação fazia parte do dossiê que fundamentou por anos a posição oficial, inverídica, de que as mortes teriam decorrido de tentativa de fuga e tiroteio. Isso comprova que a documentação que os militares se recusaram a apresentar ao juiz federal eram falsificadas para justificar os assassinatos e ocultar o trabalho sujo que faziam.

As avós da Praça de Maio comemoraram no mês de maio a identificação da 90ª neta, dentre as cerca de 500 crianças seqüestradas pelos repressores. Trata-se da terceira filha de um casal de desaparecidos, Laura, nascida na Escola de Mecânica da Armada, o maior campo de concentração argentino. Seus irmãos pouco mais velhos também levados à ESMA, foram posteriormente deixados em cidades distantes para evitar que pudessem se encontrar. Laura foi apropriada pelo torturador de seus pais, Antonio Azic, membro do grupo de tarefas da ESMA, que já havia se apropriado de outra criança dois anos antes. Esta última, Victória Donda recuperou sua identidade em 2004 e hoje é deputada federal.

E, em abril último, pela primeira vez, uma filha de desaparecidos que havia sido seqüestrada ao nascer denunciou este fato levando a julgamento o militar que a entregou a seus pais adotivos. Os réus, os pais adotivos e o militar, foram acusados dos crimes de subtração de menor, falsificação de documento público e supressão da identidade de Maria Eugenia que integra a lista dos jovens aos quais as Avós da Praça de Maio conseguiram restituir a identidade.



O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ agradece à Comissão Europeia o apoio que tem dado ao seu Projeto Clínico-Jurídico.

Operação Condor investigada também no Brasil

O Ministério Público Federal de São Paulo pediu a abertura de inquéritos criminais contra as autoridades envolvidas na Operação Condor. O objetivo é atuar junto com as autoridades italianas que também estão investigando a Operação. Segundo os representantes do MPF, em nota ao jornal O Globo de 24 de junho de 2008, "a Lei de Anistia não se aplica aos organismos de repressão. Além disso, por se tratar de crimes contra a Humanidade não há prescrição dos casos". Os procuradores pedem a apuração dos sequestros dos ítalo-argentinos Horácio Domingo Campiglia e Lorenzo Viñas e da argentina Mônica Susana Pinus de Binstock.



Encontro em Tegucigalpa

A Rede Latino-Americana de Saúde e Direitos Humanos, da qual a Equipe Clínica Tortura Nunca Mais/RJ faz parte, teve seu Encontro anual em Tegucigalpa durante os dias 2 a 6 de junho. Os representantes da Equipe Clínica TNM/RJ, Tânia Kelker e Vera Vital Brasil, estiveram presentes e também participaram da I Jornada de Capacitação Avançada de Serviços de Saúde para sobreviventes da Tortura.

Os temas centrais deste encontro, **Tortura sexual e efeitos transgeracionais da tortura**, foram sistematizados com a apresentação de casos clínicos que ilustravam os modos de abordagem e intervenções, expostos pelos representantes das quinze entidades lá presentes.

XXVII Semana Internacional do Desaparecido 26 a 31 de Maio 2008

A semana do Desaparecido foi criada junto com a fundação da Federação Latino-americana de Desaparecidos e Presos – FEDEFAM - em 1981. Foram anos em que os desaparecimentos se intensificaram nos países onde se instalaram ditaduras como no Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Os desaparecimentos não são um problema do passado. Ainda continua essa prática seletiva e sistemática em vários países e, de forma massiva, no Brasil, na Colômbia e México, por exemplo. Cabe destacar que os governos latino-americanos contam com o apoio e assessoria direta do governo dos EUA, através da Escola das Américas, onde mais de cinquenta mil militares latino-americanos foram treinados no combate contra guerrilha.

Após 27 anos, a FEDEFAM confirma que há cerca de 140 mil casos de presos – desaparecidos na América Latina. O desaparecimento forçado é um crime de lesa-humanidade, crime

de Estado e como tal imprescritível.

As associações de direitos humanos e de familiares filiadas à FEDEFAM têm intensificado esforços junto a organismos nacionais e internacionais, no sentido de se adotar instrumentos que condenem tais práticas e adotem medidas jurídicas e políticas para a tipificação do delito de desaparecimento forçado.

Em alguns países há recomendações para que os responsáveis, diretos ou indiretos, por tais crimes sejam levados a juízo e se recomenda reparação integral às vítimas e seus familiares, como estabelece a Convenção de Desaparecimentos Forçados, aprovada em 2006, pela Assembleia Nacional das Nações Unidas (ONU).

A FEDEFAM convoca as associações filiadas a participar desta luta, pois muitos torturadores do passado nunca foram processados e outros mantêm, ainda hoje, cargos governamentais.

ações filiadas a participar desta luta, pois muitos torturadores do passado nunca foram processados e outros mantêm, ainda hoje, cargos governamentais.

Julgamento de repressores em Córdoba

Começou em Córdoba, no dia 27 de maio o primeiro julgamento público contra Luciano Benjamín Menéndez e parte do grupo de tarefas que atuou no campo de concentração conhecido como "La Perla" no período da Ditadura Militar na Argentina, entre 1976 e 1983. Eles serão julgados por sequestro, desaparecimento, tortura e assassinato de Hilda Flora Palacios, Humberto Horacio Brandalís, Carlos Enrique Lajas y Raúl Oscar Cardozo. De acordo com os organismos de direitos humanos de Córdoba, "32 años fue demasiada espera". Menéndez também será submetido a julgamento em outras províncias da Argentina.



Foto: Carolina Dellamore

Máquina, sangrenta e cara, de enxugar gelo

João Tancredo*

Com o título “polícia mata mais”, o jornal O Globo, do último dia 12 de janeiro, publicou matéria dando conta que o número de registros com mortes em confronto com a polícia aumentou em 18,5% em relação ao ano de 2006. Em 2007, foram registradas 1.330 mortes. O preocupante é que nestes dados somente estão as informações obtidas junto às delegacias legais. Considerando que 31,5 % das delegacias existentes ainda não são informatizadas, em especial por atenderem áreas significativas do Rio (39ª Pavuna e 27ª Vicente de Carvalho, parte do Complexo do Alemão) os números são muito mais elevados. Pode-se concluir que o número de mortes que motivam a lavratura dos chamados “autos de resistência” é muito superior.

Somente em 2007, no Complexo do Alemão, de maio - início da ocupação policial - até o fim de outubro foram mortas 49 pessoas e outras 89 foram feridas. Entre os dias 3 e 5 de setembro de 2007, as favelas de Vigário Geral e do Jacarezinho foram tomadas por tiroteios. De acordo com a PM, em três dias de confrontos, 22 pessoas foram mortas e todas seriam criminosas.

O atendimento à população de feridos por disparos de armas de fogo, ainda em relação ao ano de 2006, comprova que houve significativo aumento, segundo dados fornecidos por um diretor do Hospital Getúlio Vargas (HGV), que fica próximo ao Complexo. Até o final de novembro de 2007, 689 casos foram atendidos neste hospital, significando 45,6%, a mais em relação ao ano anterior. Ocorreram 107 mortes em 2006 e até novembro de 2007, foram 178, com um aumento de 66,3%.

Segundo os jornais, um dos motivos para o aumento de mortos e feridos, é a incursão da polícia no Complexo do Alemão. Oficialmente, a Secretaria de Segurança Pública do RJ informou que o objetivo não é ferir ou matar pessoas, mas desarmar criminosos para impedir que a situação se agrave. Na verdade, não é bem assim que as coisas acontecem.

Conforme extraímos de nossa fonte, a polícia que mais mata é também a que mais morre. Em 2006 morreu um policial em confronto (não

incluindo os mortos em outras atividades – milícias, seguranças privadas, etc), enquanto que até novembro de 2007 foram sete policiais mortos. Um aumento na ordem de 600%.

Pode-se concluir que a tentativa de militarizar o combate ao narcotráfico é cara e comprovadamente ineficiente. O Estado mata com o argumento de que está combatendo o narcotráfico e não realiza qualquer investimento em políticas públicas, não criando opções para os moradores das áreas miseráveis. O estigma de favelados vive o seu apogeu, onde favela é sinônimo de moradia de criminoso. Em linguagem sociológica é a “criminalização da pobreza”.

Para se ter uma idéia do quadro sócio/econômico destas comunidades, veja-se que a renda média no Complexo do Alemão é de meio salário mínimo, sendo que a dos 20% mais pobres é de R\$ 28,00/mês (menos de R\$ 1,00 por dia), segundo dados da Prefeitura do Rio. Já 29% da população do Complexo sobrevivem abaixo da linha de pobreza, um índice ainda maior de miséria que na Cidade de Deus (25%), na Maré (24%) e na Rocinha (22%).

Sem qualquer outra oportunidade, os meninos que moram nestas comunidades são os heróis modernos, pois não sucumbir ao “fascínio” do poder que o tráfico proporciona, sem qualquer apoio ou incentivo do Estado, é um ato de heroísmo.

Não consigo terminar o artigo, pois abro os jornais e novas informações sobre mortos e feridos nos chegam. Em Vigário Geral, seis homens morreram em uma operação do 16º BPM (Olaria) na favela Furquim Mendes. Segundo a PM, os policiais entraram para uma ação de combate ao tráfico e trocaram tiros com traficantes em motos. No tiroteio, uma das motos explodiu, carbonizando os dois ocupantes. Outros três homens foram feridos por tiros. Todos foram levados para o HGV, mas não resistiram.

(...) Fomos até lá, recebendo de moradores e parentes das vítimas informações de que os fatos se deram de forma inteiramente diferente do que consta no auto de resistência lavrado. As famílias comprovam que quatro dos mortos



eram trabalhadores com carteira assinada e que a incursão policial se deu com o objetivo de apreensão de um fuzil que estava com um dos mortos, fuzil este que não chegou à delegacia, conforme nos dá conta a matéria estampada no jornal O Globo de 27 de novembro passado. Os corpos de seus parentes foram jogados nas chamas produzidas por uma das motocicletas incendiada pelos policiais.

Por estes cadáveres, como pelos outros 1.330 mortos “em confronto com a polícia”, os agentes do Estado ainda irão receber gratificações, por ato de bravura.

Diante deste assombroso quadro, com todos estes mortos e feridos, somos levados a indagar das autoridades constituídas ou daqueles que se sintam capazes de responder, em que local do Estado do Rio, o crime, em qualquer de suas modalidades, recuou? A resposta é simples. Em nenhum.

É ou não é uma máquina sangrenta e cara de enxugar gelo?

* Advogado, presidente exonerado da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, presidente do Instituto de Defensores de Direitos Humanos-DDH

Nota da Redação: Quando o Dr. João Tancredo escreveu este artigo ainda não havia ocorrido a morte dos três jovens entregues pelo Exército a traficantes do Morro da Mineira (RJ).



GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ

Rua Gal. Polidoro, 238 sl. - Botafogo
22280-000 RJ/Brasil – Tel/Fax (021) 2538 0428

IMPRESSO